

Azevedo, Nara; Ferreira, Luiz Otávio; Lopes, Maria Margaret; Antunes Cortes, Bianca
CARTA DOS EDITORES CONVIDADOS
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 15, junio, 2008, pp. 7-10
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138040001>

CARTA DOS EDITORES CONVIDADOS

“O silêncio é o comum das mulheres”, assevera Michelle Perrot em *As mulheres ou os silêncios da história* (São Paulo, Edusc, 2005), um de seus mais inspirados e argutos textos a respeito da condição e do lugar das mulheres na história. Embora, desde o século XIX, a fala e a presença femininas tenham irrompido de maneira inovadora em cenários até então interditados ou pouco familiares, no que se refere ao passado subsiste “um oceano de silêncio, ligado a partilha desigual dos traços da memória, e ainda mais da história ...”. Ainda que se admita a possibilidade de os dominados ou subordinados encontrarem caminhos para driblar as proibições, “preenchendo os vazios do poder”, como adverte a autora — a ordem simbólica impõe o silêncio da fala e da escrita, disciplina os corpos e atua como regra política, social, familiar e pessoal. O silêncio é extensivo à massa da humanidade, mas pesa principalmente sobre as mulheres, em virtude de ter sido a desigualdade dos sexos importante força estruturadora do passado das sociedades.

A historiografia desse silêncio remonta ao século XIX, ao inicio da história como disciplina preocupada com a política, as guerras, fenômenos, enfim, nos quais as mulheres não estão presentes. A substituição do político pelo econômico e o social, operada pelos *Annales* nos anos 1920, não significou uma ruptura com o ‘olhar viril da história’.

Para Michelle Perrot, a história das mulheres é inteiramente identificada com a noção de gênero, isto é, a construção social e cultural da diferença entre os sexos, diferença que, na prática, implica desigualdade. Tal perspectiva resulta da conjunção de vários fatores, nos anos 1960 e 1970, inclusive a crise dos grandes paradigmas das ciências humanas e o estreitamento de contatos disciplinares inovadores entre historiadores, antropólogos e etnólogos. Importantes também foram o desenvolvimento da história da família e da demografia histórica, que evidenciaram a diferenciação sexual sob o ângulo do casamento, do celibato, da mortalidade, ao mesmo tempo que a chamada ‘nova história’ estimulava a abordagem de novos objetos — infância, loucura, sexualidades, vida privada etc. A ruptura do silêncio que pesava sobre as mulheres deveu-se ainda a fatores de natureza sociológica como a feminização da universidade e a emergência de novas expectativas e interesses que redundaram em cursos e pesquisas sobre as mulheres. Por sua vez, o movimento feminista, se não nasce com o intuito de fazer a história das mulheres, desenvolve a crítica aos fundamentos do saber constituído: o universal, a idéia de natureza, a diferença dos sexos, as relações do público e privado, a neutralidade da linguagem, entre outros aspectos.

Nos anos 1970 e 1980, o campo da história das mulheres foi envolvido em acirrada polêmica teórico-metodológica, sendo criticado por privilegiar em demasia a participação delas na história. Tal centralidade seria incompatível com a noção de gênero, que não é sinônimo de mulher nem pertinente apenas a coisas e processos femininos. Segundo essa perspectiva, o conceito de gênero, além de rejeitar as explicações biológicas das diferenças sexuais, implica uma análise relacional: a compreensão dessas diferenças requer

a definição recíproca dos sexos, que não podem ser compreendidos isoladamente. Como afirma a historiadora Joan Scott, em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (*Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, 1995), o estudo de um implica o do outro. Para essa autora, a história das mulheres ainda possui um *status marginal* na disciplina histórica, tanto em virtude de predominarem abordagens descriptivas – incapazes de explicar continuidades, descontinuidades e desigualdades – quanto por não se problematizar os conceitos disciplinares dominantes, de modo a abalar seu poder e, se possível, transformá-los.

A partir da década de 1970, estudos feministas levados a efeito nos Estados Unidos questionaram a neutralidade de gênero na produção do conhecimento, assim como os próprios critérios de demarcação entre o que é e o que não é ciência. Um marco nessa vertente de estudos foi o da cientista (Ph.D em física em Harvard) Evelyn Fox-Keller, que em 1978 publicou o artigo “*Gender and science: psychoanalysis and contemporary thought*”, articulando pela primeira vez os termos gênero e ciência. Nele afirmava a autora tratar-se de um mito a associação entre masculinidade e pensamento científico, e que a ausência de uma análise crítica a esse respeito devia-se as representações dominantes na cultura ocidental acerca da neutralidade emocional e sexual da ciência.

A partir de então, trabalhos desenvolvidos em vários países trouxeram novas perspectivas analíticas à história das mulheres restrita ao registro de sua presença nas ciências, bem como fortaleceram os estudos feministas mediante a sua interação com abordagens convencionais nos meios acadêmicos. A crítica feminista às ciências naturais mirou em muitas direções, acusando os efeitos dos preconceitos de gênero na seleção, organização e interpretação dos dados.

Nas últimas três décadas, no transcurso desse debate acadêmico, uma volumosa bibliografia foi produzida por estudos históricos, sociológicos, antropológicos, psicológicos e lingüísticos, que procuram revelar o papel do gênero na construção do saber científico, tanto quanto conferir visibilidade às mulheres cientistas. Vale notar, também, a relevância, para os estudos de gênero e ciência, da abordagem dos *social studies of science*, inaugurada nos anos 1970 com os trabalhos de David Bloor, Barry Barnes e Michael Mulkay, aos quais logo se juntariam a multifacetada corrente construtivista liderada pelos estudos de laboratório de Bruno Latour e de Karin Knorr-Cetina.

No Brasil dos anos 1990, a difusão dos estudos sociais da ciência influenciou, em certa medida, a renovação da historiografia das ciências e da tecnologia, sobretudo no que se refere à análise de processos de implantação, no país, de modelos conceituais e institucionais gerados em outros contextos nacionais. Por outro lado, no que concerne a mulheres, gênero e ciências ainda se percebe um tímido interesse, sendo poucas e dispersas as publicações e os registros históricos organizados a esse respeito.

Apoiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, a presente edição teve origem no simpósio por nós organizado no âmbito do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Gênero e Preconceitos, ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina em agosto de 2006. O simpósio privilegiou a divulgação e o debate de estudos históricos acerca das relações de gênero nas ciências naturais e exatas, e parte deles estão presentes neste número.

Na Seção Análise, três artigos abordam a institucionalização das ciências e a profissionalização científica no contexto brasileiro em sua época decisiva, situando-se mais ou menos entre a criação (tardia) da universidade, na década de 1930, e a primeira grande reforma do sistema universitário, no final dos anos 1960. Não se trata de mera coincidência. Um dos traços singulares (e dos menos estudados) da ‘formação da comunidade científica’ no Brasil é a sua inscrição no amplo processo de mudanças sociais e culturais que tiveram como consequência, entre outras, a reestruturação do sistema de gênero. Ela transparece na análise sobre o papel de Marina de Vasconcellos na fundação da tradição antropológica brasileira; na sobreposição da imagem pública de Bertha Lutz, ao mesmo tempo militante feminista e cientista profissional; e na dinâmica de gênero manifestada na produção científica naquele período.

Dois artigos tratam da educação de nível superior e da profissionalização. Nos últimos trinta anos, a supremacia escolar da população feminina jovem frente ao contingente masculino da mesma faixa etária, notadamente no âmbito do ensino universitário, tem gerado novas interrogações a respeito distribuição desigual de poder e prestígio entre os gêneros nas profissões tecnocientíficas. Tradicionalmente a abordagem sobre a presença de mulheres no ensino superior brasileiro ressalta os obstáculos ao acesso a elas impostos e/ou seu confinamento em carreiras ditas femininas. A feminização do ensino universitário surge como um fenômeno que escapa ao paradigma de análise vigente. Como explicá-lo? Ao examinarem a formação e profissionalização de mulheres dentistas nas primeiras décadas do século passado e a intensificação recente da presença feminina no ensino universitário, esses artigos nos dão subsídios para a compreensão das causas remotas e das consequências imediatas da feminização.

A construção social dos sexos e dos gêneros fundada na produção de fatos e representações científicas é do que tratam os demais três artigos. Neles, procura-se compreender a distinção da ‘história natural’ e da ‘história social’ dos corpos e comportamentos segundo o sexo e o gênero que lhes são atribuídos. Para tanto a análise dos conhecimentos e das práticas médico-científicas serve como fértil campo de estudos. A sexualidade, a maternidade e a patologia mental – objetos da medicina situados no limite entre ‘natural’ e ‘social’ – são explorados com base em perspectivas que apontam o caráter ‘híbrido’ e/ou ‘relacional’ das representações sobre os sexos e gêneros.

Um único artigo incluído aponta para tópico relativamente pouco explorado: as representações de gênero e a imagem pública da ciência, nas páginas de uma publicação pioneira de popularização da ciência no Brasil. Somente no século XIX efetiva-se a profissionalização da ciência e as suas atividades deixam de estar restritas aos ambientes das cortes ou aos *invisibles colleges* das academias científicas. A imagem pública da ciência torna-se um problema socialmente relevante. Indícios disso é o surgimento da ficção científica como gênero literário, o ciclo das exposições universais e a proliferação de publicações que visam à popularização da ciência e da tecnologia. Todos esses fenômenos tiveram impactos sobre as representações e papéis sociais de gênero.

Colabora também neste número especial a historiadora norte-americana das ciências Londa Schiebinger, que esteve conosco no Congresso Latino-Americano de História da Ciência da Tecnologia de 1998, no Rio de Janeiro. Schiebinger é uma das principais

construtoras do campo de pesquisas dos estudos feministas sobre gênero em história das ciências. De suas obras, apenas *Has feminism changed science?*, que angariou vários prêmios, foi traduzida no Brasil (*O feminismo mudou a ciência?*, Bauru, Edusc, 2001). Na seção Fontes colocamos ao alcance do público lusófono o ensaio em que Schiebinger examina, no contexto norte-americano, teorias e práticas relacionadas à busca de eqüidade para as mulheres nas ciências. A autora analisa o desenvolvimento dessas discussões em três níveis: a participação das mulheres na ciência; gênero nas culturas da ciência; e gênero nos resultados da ciência. Com base em sua vasta experiência e em estudos realizados pelo Instituto Clayman de Pesquisa Sobre Gênero, enfatiza o último desses aspectos, mostrando como as análises de gênero, quando voltadas às ciências, podem impactar profundamente o conhecimento humano.

Na seção Depoimento apresentamos entrevista com Leda Dau, botânica do Museu Nacional que, além de exercer atividades de pesquisa e ensino, assumiu diversos postos na hierarquia acadêmica, inclusive a direção daquela centenária instituição científica. Sua trajetória profissional, iniciada em 1953, é ilustrativa das condições que possibilitaram a carreira científica a um contingente expressivo de mulheres, valendo-se de estratégias e modelos profissionais então disponíveis.

A presente edição de *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* é a primeira dedicada integralmente a gênero, mulheres e ciências. Com ela pretende-se conquistar mais interessados no assunto, particularmente entre historiadores das ciências, que muito podem contribuir para a renovação teórico-metodológica desse campo no Brasil ao adotarem a perspectiva de gênero, uma perspectiva que eleva nossa consciência crítica das formas de ser e saber e de interpretar o passado.

*Nara Azevedo
Luiz Otávio Ferreira
Maria Margaret Lopes
Bianca Antunes Cortes*